



Bancários assinam acordo com a Fenaban

Com manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, reajuste de 1,5% para os salários, correção da inflação para os demais benefícios este ano e abono de R\$ 2 mil para todos, os bancários assinaram nesta sexta-feira o acordo com a Fenaban.

O acordo garante ainda, para 2021, a reposição da inflação e mais 0,5% de aumento real para os salários e demais verbas. Para chegar a esse acordo foi necessário muita mobilização e resistência,

tanto da categoria quanto do Comando Nacional dos Bancários, que impediu os banqueiros de retirar direitos.

A proposta inicial da Fenaban era reajuste zero, um abono bem menor e redução de até 48% da Participação nos Lucros e Resultados. Na proposta final, foi mantida a regra atual da PLR e corrigidos os valores fixos pelo INPC de 2020. O pagamento do abono e da PLR deverá ser feito até o dia 30 de setembro. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Itaú

PCR e PLR serão pagos no mesmo dia

Os bancários do Itaú receberão o pagamento do Programa Complementar de Resultados (PCR) no mesmo dia que for paga a PLR. O valor de R\$ 2.900,00 será reajustado pelo índice de 1,5% acertado na Campanha Nacional 2020, chegando a R\$ 2.943,50. O PCR é uma conquista dos bancários do Itaú, em negociação iniciada em 2003, e mantida no acordo bianual específico. Concluindo a Campanha Nacional 2020, o movimento sindical vai procurar o Itaú para negociar o PCR de 2021 e de 2022. Leia mais em www.pactu.org.br

Santander Empregados receberão 100% da PLR dia 30/09

A Comissão de Organização dos Empregados do Santander negociou com o banco os aditivos de banco de horas negativas, originado durante a pandemia, e a antecipação de 100% da PLR da regra básica da Fenaban. Ficou acordado que o banco pagará o total dos valores referentes à PLR no dia 30 de setembro. A PPRS e a diferença nas parcelas adicionais fixas da PLR, correspondentes ao lucro do segundo semestre, serão pagas até o dia 03/03/2021. Leia mais em www.pactu.org.br

Política do governo ataca negociações salariais

Trabalhadores e trabalhadoras de várias categorias, em especial de empresas públicas, têm sofrido os efeitos da política de ataque aos direitos do governo Bolsonaro (ex-PSL). Os bancários enfrentaram uma campanha difícil, mas no final conseguiram impedir reajuste zero e retirada de direitos. As dificuldades nas negociações se repetem com os empregados dos Correios, os servidores públicos e os petroleiros. É uma batalha histórica para, ao menos, manter direitos, diante do cenário de retrocesso que a dupla Bolsonaro/Paulo Guedes, vem implantando no Brasil. Leia matéria completa em www.pactu.org.br



MP 995 é estratégia do governo para privatizar

Está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação que quer suspender o processo de “esquartejamento” da Caixa Econômica Federal. Parlamentares da oposição acusam o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), de utilizar a Medida Provisória 995/2020, assinada em 7 de agosto, para “burlar” uma decisão do STF, de 2019, proibindo o governo de privatizar o banco sem a autorização do Congresso Nacional. Porém, o STF liberou a venda das sub-sidiárias. Com isso, o governo pretende vender as partes mais lucrativas da Caixa e deixar

com a União apenas as áreas menos rentáveis. A inconstitucionalidade da Medida Provisória 995/2020 e a utilização deste instrumento como subterfúgio do governo para depreciar a autorização do Congresso chama a atenção de órgãos controladores do País. O representante do Ministério Público Federal junto ao Tribunal de Contas da União, subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, entrou com uma representação para que o TCU apure os indícios de irregularidades. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Portaria amplia liberação do trabalho aos sábados, domingos e feriados, sem direitos

Em mais uma investida contra a representação sindical e para atender os interesses do setor patronal, o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), publicou no Diário Oficial da União do dia 24 de agosto, a Portaria nº 18.809/2020. Ela amplia a já extensa lista de categorias liberadas para trabalhar aos sábados, domingos e feriados, sem direitos adicionais. Entre as novas inclusões estão os bancários. O texto transforma sábados, domingos e feriados em dias normais de trabalho. Portanto, acaba com o pagamento diferenciado de horas extras, folgas e a compensação de jornada de trabalho. A medida também desobriga as empresas de negociar com os sindicatos



as novas jornadas dos trabalhadores. Segundo a CUT, “a decisão é um absurdo”, porque fere a Constituição, a CLT e ignora acordos coletivos conquistados por categorias de trabalhadores após anos de negociações. Matéria completa em www.pactu.org.br

Congresso da Anapar debateu os rumos da previdência complementar

Com o tema “Os desafios para o dia seguinte”, a Anapar realizou, nos dias 26 e 27 de agosto, por videoconferência, o 21º Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Usuários de Planos de Saúde de Autogestão. O evento reuniu renomados especialistas nas áreas de economia, saúde e previdência. Eles debateram com os associados, dirigentes de entidades fechadas de previdência complementar e dos planos de saúde de autogestão, a nova realidade no mundo do trabalho e os desafios dos trabalhadores e os novos caminhos a serem percorridos, sobretudo no mundo pós-covid.

Para os especialistas, num cenário de profunda crise econômica, a previdência complementar ultrapassa a finalidade de manutenção do poder de compra do trabalhador no período pós-laboral. Ela passa a representar um mecanismo efetivo de suporte à estabilidade do país, com a promoção do desenvolvimento e geração de empregos.

Representando o Pactu, participaram do Congresso: Evandro Schlichting Calvo (Paranavaí), Edilson José Gabriel (Umuarama) e Zelário Bremm (Toledo). Mais informações sobre o evento em www.anapar.com.br